

Capítulo 1

Introdução

Cláudia Pereira, Jorge Malheiros e João Peixoto

Um dos principais objetivos do Observatório da Emigração é divulgar os estudos que se vão realizando sobre o tema da emigração portuguesa. É certo que a medição regular dos fluxos, através dos dados estatísticos oficiais, capta já muitas das realidades da emigração. Por isso, o Observatório reúne e divulga os dados estatísticos disponíveis. Porém, as estatísticas oficiais estão longe de estabelecer um retrato rigoroso e aprofundado da emigração. Por um lado, as diferenças de metodologia e de conceitos que estão na base da produção estatística levam a frequentes incoerências entre os dados, quando se trata de perceber as características de fluxos concretos. Por outro, os objetivos dos organismos estatísticos oficiais são limitados, não podendo recolher informação que permita responder a todas as inquietações e perguntas que se podem levantar acerca da emigração. Finalmente, a análise de questões mais específicas e finas tende a exigir, não só tratamentos particulares da informação existente, como processos de recolha complementares e dirigidos. O papel dos investigadores é, assim, fundamental quando se trata de conhecer a realidade dos movimentos migratórios, em particular da emigração portuguesa, considerando três dimensões fundamentais: os fluxos em si mesmos, a integração nos países de destino e as práticas transnacionais associadas à relação com Portugal.

Para responder a esta necessidade, o Observatório da Emigração tem divulgado regularmente os contributos da investigação. As entrevistas a investigadores e a consulta e divulgação de bibliografia adequada estão entre os principais recursos que tem utilizado. Até à data, muitos foram já os pontos de vista e resultados divulgados, tanto oriundos de investigadores portugueses como estrangeiros, respeitantes quer a estudos efetuados em Portugal, quer aos diversos países de destino.

A série de publicações que agora se inicia, acerca do estado da emigração portuguesa, procura satisfazer este objetivo de uma outra forma: divulgando de modo aprofundado os resultados de estudos sobre a emigração portuguesa que tenham coincidido no tempo ou no espaço ou, ainda, incidido sobre conjunturas semelhantes. A reunião dos resultados de estudos independentes numa mesma publicação permite aproximar os seus contributos e complementar abordagens, tornando mais fortes as suas conclusões comuns e destacando as suas diferenças.

Este livro reúne, precisamente, sínteses alargadas de resultados de três grandes estudos sobre a emigração portuguesa que foram efetuados entre 2012 e 2015. Trata-se de trabalhos com várias características comuns: todos foram financiados por fundos públicos, designadamente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); todos reuniram equipas amplas e, na maioria dos casos, interdisciplinares; todos estiveram baseados em instituições universitárias portuguesas de nomeada; e todos se dedicaram ao movimento emigratório existente na época. Neste último aspeto, deve ser lembrado que se debruçaram sobre um período marcante da emigração portuguesa: após a crise económica e social iniciada em 2011, na sequência do resgate financeiro imposto pela *troika*, o volume de saídas cresceu vertiginosamente, tendo abarcado todas as regiões e grupos sociais do país, embora com impactos diferenciados.

O primeiro capítulo do livro respeita ao projeto de investigação *Retorno ao Futuro: a Nova Emigração e a Relação Com a Sociedade Portuguesa* (REMIGR). Este estudo, que decorreu entre 2013 e 2015, reuniu várias instituições universitárias portuguesas: a Universidade de Lisboa, através do ISEG e do IGOT; a Universidade de Coimbra, por meio do CES; e o Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. O financiamento coube à FCT. A equipa foi ampla e multidisciplinar, reunindo 12 investigadores com formação em sociologia, geografia e demografia.

O principal objetivo do projeto foi conhecer a dimensão e características da nova emigração portuguesa, em particular a que ocorreu depois do início do século XXI. As variáveis estudadas foram, entre outras, o perfil dos novos emigrantes, as razões para a saída, os padrões de integração no destino e as relações mantidas com Portugal. Neste último aspeto, procurou-se perceber de que modo a saída não exclui a manutenção de vínculos com o país de origem e quais são as eventuais intenções de retorno.

O projeto destacou-se, ainda, pela metodologia utilizada. Para além da recolha e tratamento de estatísticas nacionais e internacionais, foi efetuado um extenso inquérito por questionário, em versão *online* e em papel, aos novos emigrantes, complementado por várias entrevistas a especialistas e representantes institucionais. O inquérito por questionário reuniu mais de 6.000 respostas, o que explica a importância dos resultados. Os países de destino

escolhidos para aprofundamento da pesquisa foram Reino Unido, França e Luxemburgo, na União Europeia, e Angola, Moçambique e Brasil, fora da Europa. Eles representavam, na altura, alguns dos principais destinos, consolidados ou emergentes, da nova emigração, existindo uma intenção deliberada de combinar a análise de fluxos para países europeus mais desenvolvidos num quadro, à data, de livre circulação,¹ com fluxos orientados para países lusófonos menos desenvolvidos, enquadrados na lógica, menos frequente mas dinâmica, dos movimentos migratórios norte-sul.

O segundo capítulo apresenta uma síntese de alguns dos principais resultados do projeto de investigação BRADRAMO — *Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe*. Este projeto decorreu, como o anterior, entre 2013 e 2015. As instituições envolvidas foram a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto e a Universidade de Lisboa, através de várias das suas unidades orgânicas e centros de investigação. O projeto foi financiado pela FCT e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do COMPETE — Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC). A equipa foi igualmente ampla e pluridisciplinar, tendo abrangido 13 investigadores, provenientes da sociologia, ciências da educação e economia.

O principal objetivo deste estudo foi avaliar a realidade da “fuga de cérebros” (*brain drain*) em Portugal, designadamente o seu aumento recente. Este fenómeno tornou-se relevante no país apenas nas últimas décadas, quando a emigração passou a abranger vários níveis de qualificação, incluindo a formação superior. O forte aumento da qualificação escolar das gerações mais novas, a partir dos anos 70 do século XX, conjugado com a precarização das relações laborais e as dificuldades endémicas de inserção profissional, tornaram as saídas de jovens qualificados uma novidade na emigração portuguesa. E essas saídas agravaram-se substancialmente após 2011.

Do ponto de vista metodológico, o estudo reuniu também técnicas quantitativas e qualitativas de recolha de informação. Enquanto no estudo anterior o pendor recaiu para a vertente quantitativa, muitos dos principais resultados deste projeto provêm da sua natureza qualitativa. O projeto recorreu, assim, a inquéritos por questionário, complementados com entrevistas com grupos focais e histórias de vida, que permitiram elaborar retratos sociológicos. As questões investigadas incluíram o perfil dos emigrantes, as razões para a saída (fatores de atração e repulsão), as trajetórias de mobilidade social ascendente e descendente e as relações com Portugal. A pesquisa incidiu sobre as saídas de emigrantes qualificados para países europeus.

1 Esta situação sofreu, entretanto, uma alteração relevante que resulta da saída do Reino Unido da União Europeia, em 2020. Neste ano também, a crise provocada pela pandemia da COVID-19 teve efeitos significativos sobre a circulação internacional e europeia que se podem prolongar no futuro, podendo colocar em causa o modo como regime de livre circulação interno da UE tem sido assumido desde a sua implementação.

O terceiro e último capítulo contém alguns dos resultados do projeto *Travessias do Atlântico: Materialidade, Movimentos Contemporâneos e Políticas de Pertença*. Este projeto, que decorreu entre 2012 e 2015, envolveu uma equipa de investigação baseada no CRIA, Centro em Rede de Investigação em Antropologia e no ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O financiamento foi também da FCT. O projeto envolveu, no total, nove investigadores, neste caso centrados sobretudo na antropologia.

O principal objetivo do projeto consistiu na análise dos movimentos de pessoas e de bens materiais entre Portugal e Brasil. A observação incidiu sobre as deslocações entre duas cidades portuguesas — Lisboa e Porto — e duas brasileiras — Rio de Janeiro e São Paulo. No que respeita ao estudo da movimentação de pessoas, pretendeu-se caracterizar os fluxos de emigração recente de portugueses para aquelas cidades brasileiras, comparando-os com as características da emigração tradicional. Os resultados confirmam o que foi referido anteriormente: muita da emigração recente envolveu jovens qualificados, o que denota um padrão particular da nova emigração. O estudo da movimentação de bens reflete outra das preocupações da antropologia contemporânea: a reprodução da cultura material. Dada a natureza da presente publicação, apenas os resultados relativos ao movimento de pessoas são apresentados neste capítulo.

Devido à matriz disciplinar deste projeto, a metodologia de base apoiou-se sobretudo nos métodos qualitativos. Porém, houve também recurso a métodos mistos, não se descurando as técnicas quantitativas. Os dados apresentados neste capítulo representam, precisamente, esta última perspetiva: com recurso a fontes estatísticas oficiais brasileiras, as autoras exploram a fundo as características da emigração recente e tradicional de portugueses para o Brasil. Para esse efeito, mobilizam os dados dos Censos 2010 deste país acerca da população nascida em Portugal, bem como as autorizações de trabalho e residência, oriundas do Ministério do Trabalho e do Emprego brasileiro, concedidas a portugueses nos últimos anos.

A conjugação dos resultados dos projetos agora reunidos permite chegar a várias conclusões importantes. Antes de mais, demonstra-se a continuada vitalidade dos fluxos de emigração em Portugal. Depois de alguns períodos em que se pensou, erradamente, que os grandes ciclos de emigração tinham terminado e que o país se tornaria apenas um ímã para imigrantes, confirma-se que a emigração continua a fazer parte da nossa contemporaneidade. Por razões estruturais ou conjunturais, por motivos económicos ou de autorrealização, por períodos longos ou curtos, o país continua a não propiciar condições para que todos possam viver a sua vida no seu seio. Ora num período marcado pelo contexto da livre circulação de trabalhadores no seio da UE e, também, por processos de globalização, imperfeita e segmentada, dos mercados de trabalho, a opção de migrar, para os portugueses, está hoje mais

facilitada, não obstante subsistam obstáculos de índole diversa. É certo que a crise económica desencadeada em 2011 criou um contexto excecional, que levou à multiplicação das saídas. Mas a insatisfação demonstrada por muitos dos cidadãos emigrados não se refere apenas a esta conjuntura negativa, mas a uma prolongada limitação das suas condições de vida.

Confirma-se, também, a grande plasticidade dos movimentos. Para além da emigração tradicional, habitualmente de média ou baixa qualificação, geralmente focada nos segmentos laborais menos privilegiados dos países de destino, são agora também jovens altamente qualificados que saem do país. Eles tentam desempenhar as funções profissionais para que foram formados, objetivo que os resultados dos projetos agora reunidos confirmam ser muitas vezes bem sucedido. A nova emigração é, pois, plural, conjugando perfis semelhantes aos tradicionais com uma geração mais qualificada e com formas de inserção profissional em segmentos mais elevados. As expectativas de permanência nos países de destino são agora também mais limitadas. Em lugar da emigração permanente tradicional, que maioritariamente se fixava e apenas no final da vida ativa equacionava o regresso, as modalidades de saída são agora em larga parte temporárias. Também os destinos da emigração estão a conhecer algumas modificações. Por um lado, oscilações conjunturais podem causar alterações importantes nos principais fluxos, que podem sofrer quebras significativas ou fortes aumentos em períodos relativamente curtos. Por outro, aos destinos europeus tradicionais (França, Suíça, Luxemburgo...), têm-se juntado outros países: o Reino Unido vem assumindo uma posição de claro destaque, a Espanha tem sido em vários anos um dos principais magnetos e o número de portugueses nos países nórdicos evidenciou incrementos relativos dignos de registo. Finalmente, não obstante se mantenha um predomínio claro da Europa como espaço preferencial, a emigração portuguesa parece redescobrir, de forma mais ou menos tímida, destinos em outros continentes, mais a Sul, com destaque para o Brasil, Angola ou Moçambique, nestes últimos casos num claro contexto pós-colonial.

Para encerrar, vale destacar que os estudos realçam a forte ligação a Portugal dos novos emigrantes, traduzida em múltiplos contactos, recurso a redes sociais de co-nacionais, manutenção da identidade portuguesa e projetos de retorno. Mesmo se a insatisfação se renova, se as gerações qualificadas também sentem que o país não lhes permite a realização dos seus sonhos, se nem sempre os emigrantes se veem como “emigrantes”, mantêm-se firme o sentimento de pertença. Num mundo onde as viagens e comunicações são mais frequentes e mais baratas, onde a incerteza generalizada não garante projetos de fixação de longo prazo, pode suceder que a continuada ligação a Portugal se converta em muitos contatos e muitos regressos. A emigração pode continuar a ser uma saída do país, mas não será certamente um abandono.

